

## Desafios para Soberania e Segurança Alimentar na Agricultura Familiar

### Challenges for Sovereignty and Food Security in Family Farming

Dandara de Oliveira Marques<sup>1</sup>, Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>2</sup>, Luciana Maia Moser<sup>3</sup>

DOI: <https://doi.org/10.52719/bjas.v4i1.4118>

#### RESUMO

A soberania e segurança alimentar são temas que nos últimos anos têm sido bastante abordados na comunidade científica, bem como nos espaços de movimentos sociais e são considerados emergentes. O objetivo deste trabalho foi analisar a temática soberania e segurança alimentar, sobretudo compreender como estão sendo abordadas as pesquisas científicas nessa temática, inclusive em um cenário de insegurança alimentar no mundo. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, baseada no método prisma com as perguntas guias: Como as temáticas relacionadas à soberania, à segurança alimentar e à agroecologia foram abordadas nos trabalhos desenvolvidos nos últimos 5 anos? O que esses artigos abordaram sobre os subtemas: mulheres, política pública, sistema de produção e Consumo de alimentos dos agricultores familiares? Para a busca, utilizou-se os termos “soberania” e “segurança alimentar” em português e inglês “sovereignty” and “food security” Foram selecionados 19 artigos para leitura integral. Houve uma maior concentração de estudos em países do continente africano e da América Latina, como o Brasil. Os estudos de maior destaque, com os subtemas mais referidos, foram os que abordam sistemas de produção (31,57%), seguidos do papel das Mulheres na Segurança e Soberania Alimentar (21,05%), política pública (15,78%) e Consumo de alimentos dos agricultores familiares (10,52%). Neste estudo, foi possível perceber o quanto os planejamentos de ações para novas agendas ambientais para agricultura familiar, sobretudo em contexto de crise sanitária global, são extremamente emergentes. Além disso, é necessário também a permanência do fortalecimento das agriculturas familiar, camponesas, dos povos tradicionais e dos modos de produção agrícola sustentáveis. A análise destes estudos é fundamental para que se possa construir formas de se ampliar o reconhecimento, valorização e visibilidade da agricultura praticada por estes grupos, bem como contribuir em pesquisas e extensão para a comunidade científica.

**Palavras-Chave:** Consumo de alimentos. Gênero. Política pública. Sistema de produção

#### ABSTRACT

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciências Ambientais- PPCIAM//UFAPE/UFRPE, email: [dandaraomarques@gmail.com](mailto:dandaraomarques@gmail.com)

<sup>2</sup> Profa Dra da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE/UFRPE e do PPCIAM (programa de pós graduação em ciências Ambientais, email: [horasa.andrade@ufape.edu.br](mailto:horasa.andrade@ufape.edu.br)

<sup>3</sup> Profa Dra da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE/UFRPE, email: [luciana.maia@ufape.edu.br](mailto:luciana.maia@ufape.edu.br)

sovereignty and food security are themes that in recent years have been widely addressed in the scientific community, as well as in the spaces of social movements and are considered emerging. The objective of this work was to analyze the theme food sovereignty and food security, especially to understand how scientific research on this theme is being addressed, even in a scenario of food insecurity in the world. An integrative literature review was carried out, based on the prism method with the following guiding questions: How have the themes related to food sovereignty, food security and agroecology been addressed in the works developed in the last 5 years? What did these articles address on the subthemes: women, public policy, production system and food consumption of family farmers? The search used the terms "sovereignty" and "food security" in Portuguese and English. There was a higher concentration of studies in countries on the African continent and in Latin America, such as Brazil. The most prominent studies, with the most referred subthemes, were those addressing production systems (31.57%), followed by the role of Women in Food Security and Sovereignty (21.05%), public policy (15.78%) and food consumption of family farmers (10.52%). In this study, it was possible to see how action planning for new environmental agendas for family farming, especially in a context of global health crisis, are extremely emerging. In addition, it is also necessary the permanence of the strengthening of family farming, peasant farming, traditional peoples, and sustainable modes of agricultural production. The analysis of these studies is fundamental in order to build ways to increase the recognition, appreciation, and visibility of the agriculture practiced by these groups, as well as to contribute in research and extension to the scientific community.

**Keywords:** Food consumption. Genre. Public policy. Production system

## 1 INTRODUÇÃO

A soberania alimentar refere-se aos direitos das comunidades de definir e moldar a estrutura de seus sistemas alimentares por meio do processo democrático e foi proposta pela primeira vez pela organização camponesa La Via Campesina em 1996 e desde então, vem sendo reconhecida por governos em todo o mundo. (Nyéléni, 2007; McMichael, 2014; Alonso-Fradejas et al., 2015; Conti, 2016, & Daye, 2020;).

De acordo com a Declaração de Nyéléni no Fórum para a Soberania alimentar (2007), a soberania alimentar pode ser definida como:

“O direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não nas demandas dos mercados e das empresas.”

Dessa forma, os proponentes da soberania alimentar defendem um sistema alimentar socialmente justo e ambientalmente sustentável por meio do controle democrático sobre os alimentos, bem como pelos recursos de produção de alimentos, rejeitando políticas agroalimentares contemporâneas como a priorização da agricultura de exportação, a

privatização dos recursos naturais e o uso de biotecnologia de propriedade corporativa (Patel, 2010; Shawki, 2015, & Daye, 2020). Além disso, pode ser considerada um contraponto à abordagem neoliberal corporativa por priorizar e defender sistemas socialmente inclusivos, sustentáveis e biodiversos, enfatizando o direito da população local de determinar o que produzir e consumir, valorizando as experiências locais e o controle local de recursos e sistemas alimentares, buscando trabalhar com a natureza por meio de uma agricultura diversificada (Declaração de Nyéléni, 2007).

A soberania alimentar coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não nas demandas dos mercados globais e das empresas.

Apesar de seu enfoque socioecológico, a abordagem da soberania alimentar tem sido criticada por considerar mal as pressões advindas do crescimento exponencial da população humana (Shilomboleni, 2017 & Jiren et al., 2020). Além disso, o aumento da feminização da agricultura exigirá abordar sistematicamente as desigualdades de gênero na produção de alimentos, ao mesmo tempo que considera as necessidades dos agricultores não familiares, como os moradores urbanos e clama por uma análise feminista radical, devido à abordagem das relações de poder embutida no conceito (O’Laughlin, 2007 & Kerr et al., 2019).

A literatura atual indica duas abordagens influentes e opostas para garantir a disponibilidade e acessibilidade em relação à produção de alimentos: uma revolução verde com uma abordagem de comercialização versus uma abordagem de soberania alimentar e resiliência sócio-ecológica (McKeon, 2015 & Wittman et al., 2016). Aspectos negativos considerados na abordagem da revolução verde têm sido, por exemplo, a geração de maior desigualdade de renda, altos custos de insumos, conflitos comunitários, degradação ambiental e perda de biodiversidade (Shiva, 2011; Amir, 2013, & Jiren et al, 2020).

Os sistemas agroalimentares dos camponeses e agricultores familiares se organizam sobre uma lógica diferenciada, que é a de garantir a alimentação das famílias e isto tem sido um objetivo atual da agroecologia: repensar os sistemas agroalimentares. Dessa forma, pensar a soberania e segurança alimentar é despertar, construir agendas que pautem com urgência ferramentas políticas para mudança de paradigma.

A soberania e segurança alimentar e nutricional são temas que nos últimos anos têm sido bastante abordados na comunidade científica, bem como nos espaços de movimentos sociais e são considerados temas emergentes visto que, estamos vivenciando aumentos graduais da fome e da insegurança alimentar no mundo, aliado ao contexto de crise sanitária, no tocante à pandemia da covid 19, que potencializa a situação de crise alimentar. Dados recentes indicam

que em 2019, no mundo, cerca de 690 milhões de pessoas passaram fome, com projeção de inclusão entre 83-132 milhões de pessoas a esse número, somente em 2020, dependendo do cenário econômico (Food and Agriculture Organization [FAO], 2020).

A segurança alimentar e nutricional é considerada universalmente como a garantia ininterrupta à disponibilidade e acessibilidade de alimentos a todas as pessoas, em quantidade e qualidade adequadas. O decreto 7.272 de 2010 institui a política nacional de segurança alimentar e nutricional (PNSAN) apresenta, em resumo, que as diretrizes básicas da política são a promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável; promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada; promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente (Ministério Desenvolvimento Social e Agrário [MDS], 2013)

Em contrapartida à PNSAN, cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo vivenciaram algum grau de insegurança alimentar no ano de 2019 (FAO, 2020). Considerando que o Brasil e outros países da América latina estão vivenciando um aumento importante e preocupante da insegurança alimentar nos últimos anos (FAO, 2020), inclusive voltando ao mapa da fome, abordar estudos nessa área são extremamente relevantes e necessários. Corroborando nesse sentido, a FAO reforça a importância de uma agenda para pensar novos sistemas alimentares, pautados em perspectivas sustentáveis (FAO, 2020).

Nesse contexto, Altieri e Nicholls (2020) sugerem que a Covid 19 revelou a fragilidade socioecológica dos atuais sistemas alimentares globalizados e industriais e que os efeitos na agricultura e nas cadeias de abastecimento de alimentos, levantam preocupações sobre a escassez generalizada de alimentos e os picos de preços. Segundo esses autores, é urgente e necessária uma transição para sistemas alimentares locais e socialmente justos, ecologicamente resilientes e dessa forma, mais capazes de resistir à crises futuras, que podem ser surtos de pragas, pandemias, perturbações climáticas ou colapsos financeiros, oferecendo um melhor sistema agrícola, capaz de lidar com os desafios futuros, exibindo altos níveis de diversidade e resiliência, ao mesmo tempo em que oferece rendimentos e serviços ecossistêmicos, além de produzir safras estáveis com baixos insumos externos. Nesse cenário, a amplificação da agroecologia é fundamental para a soberania alimentar da maioria das comunidades, já que os

pequenos agricultores controlam apenas 30% das terras aráveis globais e produzem entre 50 e 70% dos alimentos consumidos na maioria dos países.

Diante da necessidade de compreender e contextualizar a crise alimentar atual, o objetivo deste trabalho foi analisar a temática de soberania e segurança alimentar e nutricional, sobretudo na agricultura familiar, camponesa e tradicional, em um contexto agroecológico, trazendo uma dimensão dos desafios enfrentados para mensurar a sua importância e compreender como estão sendo abordadas as pesquisas científicas nessa temática, inclusive em um cenário de insegurança alimentar no mundo. A partir desses dados e das suas análises, será possível ter uma compreensão holística para planejar e propor políticas públicas para o meio rural, buscando desenvolvimento ambiental, sociocultural e econômico, considerando sobretudo questões étnicas e de gênero integradas à Agroecologia na construção de sistemas agroalimentares alternativos.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

A revisão sistemática de literatura foi iniciada a partir dos seguintes questionamentos: Como e quais as temáticas relacionadas à soberania, segurança alimentar em um contexto agroecológico está sendo abordados nos trabalhos desenvolvidos nos últimos 5 anos? O que esses artigos abordam sobre os subtemas: mulheres, política pública, sistema de produção e consumo de alimentos dos agricultores familiares? A sistematização dos trabalhos levantados foi baseada no método PRISMA, este tipo de método embora tenha o foco em trabalhos clínicos, no setor da saúde, também pode ser usado como uma base para relatos de outros tipos de pesquisa, e contribui na qualidade de estudos de metanálise (Galvão et al., 2015).

Para tanto, realizou-se uma busca no período de Setembro e Outubro de 2020, usando os termos “soberania” e “segurança alimentar” em português e inglês “sovereignty” and “food security” com a indicação do termo “AND” que contribui para ligar os termos e especificar os resultados de buscas desejado. Foram utilizadas as bases de dados latino-americanas Scientific Electronic Library Online - SciELO.ORG c, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos Capes) / Web of Science.

Considerou-se um período de publicações dos artigos científicos desenvolvidos nos últimos 5 anos. A escolha deste período se define por apresentar dados e informações recentes do que vem sendo discutido sobre soberania e segurança alimentar e agroecologia no mundo.

### Critérios de elegibilidade

Os critérios de elegibilidade das publicações garantem delimitar o campo de pesquisa, além de contribuir para o foco na elaboração da redação científica, considerando que soberania e segurança alimentar é um tema que amplia as possibilidades de resultados. A tabela 1 apresenta os critérios de inclusão e exclusão para assim auxiliar na escolha dos trabalhos analisados.

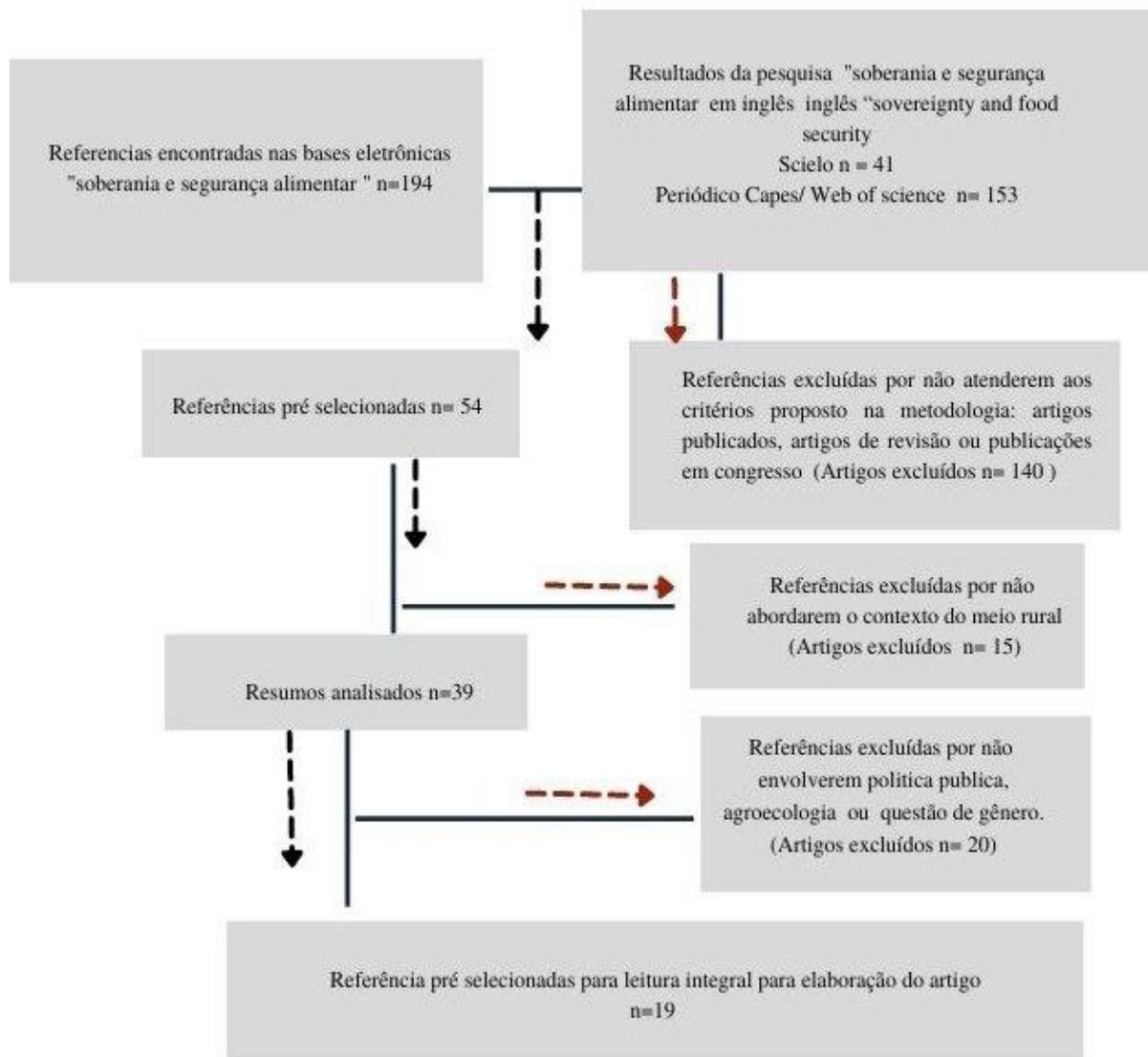
Tabela 1

*Critério de elegibilidade utilizados para evidenciar os trabalhos levantados sobre soberania e segurança alimentar e agroecologia*

Critérios de elegibilidade	
Inclusão	Exclusão
Artigos científicos publicados nos últimos 5 anos com acessos livres nas bases de dados	Artigos duplicados
Trabalhos com a temática soberania e segurança alimentar e agroecologia no contexto rural.	Trabalhos científicos referente a artigos de congresso a resumos de congresso, dissertação, tese e monografias e artigos de revisão sistemática de literatura
Artigos que envolvem abordagens como: política pública, agroecologia, questão de gênero/mulheres, sistemas de produção e consumo de alimentos	Pesquisas que abordem a soberania e segurança alimentar com outras populações que não sejam agricultores familiares

Fonte: elaborada pelas autoras

Figura 1  
*Fluxograma dos procedimentos de busca de artigos nas bases acadêmicas.*



Fonte: elaborado pelas autoras (2020)

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da pesquisa de dados bibliográficos, utilizou-se como hierarquia quantitativa, trabalhos com a temática de soberania e segurança alimentar e agroecologia com acesso livre (aberto).

Feito isso, foram encontradas 194 referências, das quais 153 trabalhos na plataforma Web of Science e 41 trabalhos na Scielo. Após leitura dos resumos, foram descartados artigos

duplicados, artigos de revisão e resumos em congressos, uma vez que estes estudos não atendiam aos critérios de inclusão (Tabela 1). Desse total, foram excluídas 140 produções científicas. Dos 54 trabalhos restantes, foram realizados downloads dos materiais, e após leitura, foram descartados desse conjunto mais 15 trabalhos, pois não apresentava contexto rural, sendo esse um dos critérios de inclusão para o estudo.

A partir dos 39 trabalhos restantes foi realizada uma leitura mais profunda e específica, considerando os critérios de elegibilidade, em que foram descartadas 20 produções científicas, pois não abordavam questões de gênero e política pública. Sendo assim, para leitura integral, foram selecionados 19 trabalhos científicos sistematizados em etapas apresentadas no fluxograma (Figura 1). Nesta Seleção, há trabalhos com subtemas que perpassam pela agroecologia, que embora não determinem os aspectos quantitativos a respeito dos resultados dos artigos levantados, auxilia em termos qualitativos para agregar discussões no presente estudo.

Foram levantados 19 trabalhos científicos. O quadro 1 demonstra uma síntese com caracterização dos estudos referentes aos tópicos: autores, ano de publicação, localidade do estudo, palavras chaves, metodologia utilizada e principais resultados. A respeito da escolha dos desenhos metodológicos, em nove estudos predominaram pesquisas com abordagem qualitativa, utilizando técnicas como observação participante e entrevistas semiestruturada, em três estudos predominaram o método relacionado à informações teóricas e bibliográficas do conteúdo, dois trabalhos utilizaram a metodologia mista, e outros cinco estudos apresentaram: método quantitativo-qualitativo, método etnográfico, método bola de neve, metodologia Q, e o método de trabalho e pesquisa em análise direta e documental.

Os estudos selecionados apresentaram a temática da soberania e segurança alimentar através de análises, metodologias, e abordagens variadas. Dessa forma, foi pertinente identificar e agrupar as produções científicas em subtemas, para facilitar a sistematização dos trabalhos. Por intermédio da caracterização dos temas analisados, os estudos de maiores destaques, com os subtemas mais referidos, foram os que abordam sistemas de produção (31,57%), em seguida o subtema Papel das mulheres na soberania e segurança alimentar (21,05%), seguido de política pública (15,78%) e consumo de alimentos dos agricultores familiares (10,52%); e os que apresentaram os menores percentuais foram os conflitos socioambientais (5,26%), comercialização (5,26%) e o estudo envolvendo insegurança alimentar (5,26%).

Quadro 1

*Levantamento das produções científicas levantadas em leitura integral sobre Soberania e Segurança Alimentar e agroecologia*

	<b>Autores/ ano</b>	<b>Localidade</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Metodologia</b>
1	Hurtado-Bermúdez <i>et al</i> (2020)	Colômbia	Segurança alimentar; Sistema alimentar; Padrões alimentares; Agroindústria; Monocultura de cana-de-açúcar.	Metodologia mista. Pesquisa domiciliar e entrevista semiestruturada.
2	Hernández, C. <i>et al</i> (2020)	México	Agricultura de subsistência; Autonomia indígena; Milho nativo e milpa; Agroecologia; Guerra de baixa intensidade.	Pesquisa etnográfica.
3	Cavalli, S.B <i>et al</i> (2020)	Brasil	Infecções por coronavírus; Agricultores; Abastecimento de alimento; Agricultura sustentável.	Dados de revisão bibliográfica e dados teóricos, informações de canais de comunicação acerca do conteúdo da pesquisa.
4	Abdoellah, O.S <i>et al</i> (2020)	Indonésia	Jardins caseiros; Comercialização agrícola; Segurança alimentar; Soberania alimentar; Indonésia.	Método misto. Análise quantitativa, cálculo do índice de comercialização e entrevistas.
5	Catsossa, L.A (2020)	Moçambique	ProSAVANA; Corredor de Nacala; Soberania Alimentar; Segurança Alimentar; Conflitos Socioambientais.	Entrevistas semiestruturadas
6	Martinelli, S.S <i>et al</i> (2020)	Brasil	Coronavírus; Alimentos; Dieta e nutrição; Dieta saudável; Produção de alimentos; Desenvolvimento sustentável.	Dados de bibliográfica e dados teóricos, informações de canais de comunicação acerca do conteúdo da pesquisa.
7	Jiren, T.S <i>et al</i> (2019)	Etiópia	Segurança alimentar; Soberania alimentar; Revolução verde; Liberalização de mercado; Resiliência; Comercialização de pequenos produtores.	A metodologia Q. Combinação de métodos quantitativos e qualitativos.
8	Escobar, L, G (2019)	Colômbia	San Andrés; Providencia; Detentores de sementes.	Entrevista semiestruturadas, metodologia participativa com cartografia social.
9	Soares, K.R <i>et al</i> (2019)	Mato Grosso - Brasil	Agricultura familiar; Autoprodução de alimentos; Autoconsumo; Segurança alimentar e nutricional; Seringueiros.	Entrevistas semiestruturadas
10	Liberato, R.S. <i>et al</i> (2019)	Moçambique/Johannesburg e Brasil	Segurança alimentar e nutricional; Relações de gênero; Marcadores sociais da diferença; Mukheristas/Moçambique; Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba/Brasil.	Entrevistas com as mulheres dos três cenários estudados
11	Tuler, A.C <i>et al</i> (2019)	Brasil - Minas Gerais	Agricultura familiar; Agrobiodiversidade; Conservação; Segurança	Técnica bola de neve Entrevistas semiestruturadas

			alimentar.	
12	Salgado, R. J. S. F. <i>et al</i> (2019)	Viçosa - Brasil	Políticas públicas; Agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Brasil; Extensão rural; Segurança alimentar e nutricional.	Pesquisa qualitativa, com, estudo de caso, observação direta, análise documental e entrevistas Semiestruturadas.
13	Kerr, R.B <i>et al</i> (2019)	África oriental - Malawi	Agroecologia; soberania alimentar; teoria feminista; interseccionalidade; fenda metabólica.	Métodos participativos de diálogo
14	Corrêa, M.L.M <i>et al</i> (2019)	Brasil - Mato Grosso	Segurança Alimentar; Resíduos de Agrotóxicos; Produção de Alimentos; Saúde Ambiental.	Dados de revisão bibliográfica e teóricos e dados de instituições públicas para aprofundar informações sobre a região.
15	Jalil, L <i>et al</i> (2019)	Brasil	Agricultoras Agroecológicas; Cadernetas Agroecológicas; Agrobiodiversidade; Soberania e Segurança alimentar.	Pesquisa qualitativa com um caráter participativo
16	Antão, J.E.R(2018)	Brasil - Sergipe	Segurança e Soberania alimentar; Camponês Assentado; Espaço Rural Sergipano.	Pesquisa qualitativa e quantitativa
17	Gallina, L.S <i>et al</i> (2016)	Brasil - Santa Catarina	Mulheres camponesas; Segurança alimentar e nutricional; Soberania alimentar.	Estudo transversal qualitativo e descritivo. Entrevista semiestruturada
18	Santos, T.M <i>et al</i> (2016)	Brasil - Mato Grosso	Práticas Agrícolas; Assentamento de Reforma Agrária; MST; Agricultura Familiar.	Metodologia qualitativa, técnica de observação participante
19	Roces, I.G <i>et al</i> (2016)	Brasil - Acre	Agroecologia; Ecofeminismo; Soberania alimentar; Mulheres camponesas.	Entrevista semiestruturada

Após verificar a síntese das referências propostas (Figura 2), em relação à distribuição de trabalhos por localidade, houve uma concentração de estudos em Países da América latina, Brasil, Países do continente africano, e apenas um trabalho na Indonésia. O destaque de pesquisas foi no Brasil, que apresentou 57,89% dos trabalhos, seguido dos Países que compreendem o continente africano (31,57%). É relevante demonstrar a recorrência de investigações realizadas nesses territórios, correlacionando a soberania e segurança alimentar, pois são locais com solos propícios à produção agrícola, além de interesse político econômico histórico de exploração e colonização desses territórios.

### **O papel das Mulheres na Segurança e Soberania Alimentar**

Para responder aos questionamentos deste estudo, as produções científicas que envolvem a questão das mulheres correspondem a 21,05% do total levantado. A questão de

gênero é uma das dimensões propostas pela soberania alimentar, as mulheres são os grupos sociais que estão presentes em diversos serviços, tanto no campo quanto no trabalho doméstico.

O artigo de Liberato et al (2019) aborda sobre as mulheres no eixo Sul faz no seu estudo uma ponte da relação com mulheres indígenas no Brasil, os povos da Cinta Vermelha-Jundiba no semiárido de Minas Gerais vale do Jequitinhonha, e as mulheres africanas (Mukheristas) de Moçambique. No caso das indígenas, são agricultoras e artesãs da comunidade, além de semeadoras, coletoras, tingidoras e cerzideiras dos colares, pulseiras, brincos e demais biojóias da aldeia. As mulheres de Moçambique comercializam capulanas, fazem o comércio entre Maputo (Moçambique) e Johannesburg (África do Sul). Tratam-se de mulheres com jornadas triplas de trabalho, que comercializam produtos para fortalecer a renda familiar. O trabalho usou o método etnográfico, fez uma análise da narrativa das mulheres envolvidas, com gravação de vídeos e áudios, mas também realizou investigação bibliográfica para levantamento das referências teóricas já construídas sobre o objeto. De todo o modo, ainda que o peso das atividades que realizam exija um trabalho árduo, essas mulheres do sul seguem traçando sobrevivência por diferentes caminhos.

Por outra perspectiva, o estudo de Jalil et al. (2019), realizado no Brasil, em Pernambuco, no sertão do Pajeú investigaram a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar, a partir da utilização da Caderneta Agroecológica e análise dos mapas dos agroecossistemas. Foram utilizados mapas agroecológicos e da sociobiodiversidade como instrumento de pesquisa, em que as agricultoras elaboraram seus próprios mapas observando todos os lugares destinados à produção para o autoconsumo, troca, doação ou comercialização, e assim as informações sobre cada um dos lugares produtivos reconhecidos por elas eram anotadas. Os resultados apontam a contribuição das mulheres para a segurança e soberania alimentar a partir do momento que elas escolhem plantar o maior número de espécies utilizadas na alimentação para autoconsumo, que é essencial para a manutenção alimentar e nutricional familiar, e melhor qualidade de vida. Funari e Pereira-Brito (2018) corroboram constatando que as mulheres camponesas do sertão do Pajeú têm sido protagonistas na construção da agroecologia no semiárido, atuando como guardiãs da biodiversidade na caatinga e possibilitando uma gestão ecológica da água na agricultura.

A produção diversificada de alimentos também constituiu o trabalho investigado por Galina et al. (2016) ao estudarem as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina. O estudo buscou identificar o conhecimento sobre soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional na perspectiva das participantes. Utilizou a metodologia qualitativa, e uma pesquisa de amostragem intencional, que incluem sujeitos com informações

e experiência essenciais, e entrevista semiestruturada baseada em roteiro e perguntas sobre: soberania e segurança alimentar nutricional e produção de alimentos saudáveis. O estudo concluiu que as mulheres possuem um conhecimento acerca da soberania alimentar, sobretudo em priorizar uma produção mais saudável, muito embora, elas apresentem opiniões mais limitadas sobre segurança alimentar, demonstrando o viés mais relacionado à quantidade e qualidade de alimentos. No entanto, compreendem que garantida a soberania alimentar através de políticas favoráveis que privilegiem a produção camponesa, possibilitaria a valorização dos saberes construídos ao longo do tempo e a preservação dos recursos naturais, contribuindo para segurança alimentar e nutricional da população.

No território da Amazônia brasileira, Roces et al. (2016) analisaram através da perspectiva ecofeminista, o processo de transição agroecológica para a Soberania Alimentar de um grupo de famílias da comunidade Moreno Maia, que participam na Rede Agroecológica Amazônica no Estado do Acre. Por meio de pesquisa qualitativa, e técnica de observação participante, realizaram entrevistas com 10 mulheres do assentamento. Os resultados obtidos relatam a influência das mulheres para a transição agroecológica bem como na comercialização dos produtos na feira. Para Siliprandi (2009) o processo de transição agroecológica vai muito além de mudanças nas práticas agrícolas, estão relacionadas a questões culturais, econômicas, políticas e ambientais, assim como transformações nas relações de poder que levam a mudanças estruturais nas relações sociedade-natureza. A autora apresenta ainda as contribuições do pensamento e prática do ecofeminismo. Siliprandi (2000) apresenta que o ecofeminismo é um movimento de luta pela equidade de gênero, identificando a necessidade das mulheres em diversas esferas de decisão. A perspectiva ecofeminista amplia a realidade de mulheres com diversa relação e dinâmicas com a natureza, para Jalil (2009, p.85):

“Uma contribuição importante do ecofeminismo é que traz à tona e demonstra a contribuição que diversas culturas tradicionais, tais como quilombolas, pescadores, ribeirinhos etc. dão a sustentabilidade da vida humana, em sua relação com a natureza, com usos sustentáveis dos meios de produção, geração e gastos de energia e que coloca em xeque políticas de desenvolvimento pautadas na racionalidade capitalista, mostrando formas diferentes de economia, de mercado, de fazer a vida e de se relacionar; tanto com a natureza, quanto com outras sociedades, dando importância ao que não é economicamente relevante, tal como qualidade de vida, cultura local, conhecimento tradicional, festas, religiosidades, cosmologias etc”.

### **Política pública**

A subtema política pública correspondeu a 21,05% dos trabalhos propostos. Cavalli et al. (2020) apontaram o debate recente da agricultura familiar em tempos de covid 19 com

objetivo de discutir as implicações das medidas de contenção covid-19 sobre a produção e distribuição de alimentos da agricultura familiar e estratégias para o fortalecimento destes sujeitos. Os autores utilizaram as informações de canais de comunicação para acessar informações recentes. O estudo aponta a necessidade de estratégias para minimizar as implicações negativas na produção e comercialização de alimentos, e do quanto é essencial que formuladores de políticas, bem como que os governos em geral, garantam investimentos neste grupo social, sobretudo pelo potencial que representa na garantia de abastecimento de alimentos a nível global. A distribuição de alimentos da agricultura familiar é uma estratégia política para atravessamentos de crise sanitária. Nessa perspectiva, Martinelli et al. (2020, p. 6) abordam que:

“concentrar em questões como a segurança alimentar, a promoção de alimentos saudáveis, adequados e sustentáveis em tempos de pandemia. De forma complementar, é necessário reformular as diretrizes dos guias alimentares, considerando a inclusão de recomendações que promovam reflexões e mudanças nos sistemas alimentares, a fim de minimizar as situações de insegurança alimentar e nutricional”.

A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi investigada por Salgado et al. (2019) com agricultores do município de Viçosa, que buscou pontuar a influência do programa na cadeia de produção e comercialização, entraves e potencialidades para o segmento da agricultura familiar. Foi utilizada abordagem qualitativa realizada junto às famílias localizadas na comunidade rural Córrego São Francisco. As informações coletadas na entrevista individual com os cinco agricultores familiares foram submetidas ao tratamento no software livre e análise lexical por meio do IRAMUTEQ que possibilitou sistematizar os dados qualitativos. Um dos resultados-observados foi o excesso de etapas, processos burocráticos e exigência de vários documentos no PAA, visto como dificuldade pelos agricultores, e muitas vezes se apresentando como barreira no acesso, sendo oportuna a criação de mecanismos de auxílio ao agricultor. Os autores concluíram ser necessária uma agenda de pesquisa, e ainda apontaram a necessidade de se investigar como outras políticas, como o Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) no âmbito da renda, e o Programa nacional de alimentação escolar (PNAE), no âmbito da garantia da comercialização e geração de renda, podem contribuir, de forma integrada, para mitigar os problemas elencados e potencializar os resultados positivos do PAA. A pesquisa de Assis et al. (2019) evidenciou a adequação nos editais do PNAE, e que precisam ter uma regularidade para que preços possam ser apresentados de acordo com a sazonalidade da produção agropecuária. Sendo esta uma dificuldade levantada pelos autores, é recomendado que tenha chamada pública ao longo do ano, que contemple os produtos de cada época e seus preços.

## Sistema de produção

O subtema sistema de produção se destacou com o número significativo de estudos encontrados (31,57%). A pesquisa de Antão et al. (2018) abordou as estratégias de reprodução social de camponeses do assentamento Chico Mendes II, situado na cidade de Macambira, Sergipe, envolvidos em movimentos sociais; ela tem contribuído para se pensar em outras possibilidades de relação homem natureza, em vista da recomposição do significado da terra, do trabalho e do alimento. O assentamento busca através do policultivo, a produção de alimentos, e conta com uma diversidade de produção conjugada, de milho, feijão, macaxeira, batata doce, coentro e quiabo. Além disso, possui criação de animais, como ovelhas, gado de corte e galinhas, e diversas culturas. Esta experiência que vem sendo desenvolvida no Assentamento Chico Mendes II aponta que os sujeitos desse assentamento buscam alcançar a soberania alimentar.

O assentamento Laranjeira I, no Mato Grosso, foi investigado por Santos et al. (2016) com o objetivo de analisar os sistemas de produção agrícola das pequenas propriedades do assentamento, as dificuldades vivenciadas, e como as famílias manejam e se organizam nas unidades. Para isso, os autores utilizaram uma abordagem qualitativa com a técnica de observação participante e diário de campo. Foram selecionadas 43 propriedades (lotes), estabelecidas próximas às regiões de nascentes e cursos d'água, e ainda aquelas localizadas na região mais próxima à Baía Grande do Pantanal. Dentre as fontes de sustento, a agropecuária destaca-se como a principal delas, sendo a pecuária responsável por maior obtenção de renda em 67% das propriedades; foi registrada em 98% das propriedades a importância dos quintais principalmente para o cultivo de alimentos para o autoconsumo. Dentre os moradores, 32% utilizam a “força da lua” (como eles denominam tal prática) como tempo certo para o plantio, sendo os maiores detentores destes conhecimentos a população mais idosa. O quintal é visto como importante espaço de manutenção das espécies agrícolas alimentares essenciais para o autoconsumo das famílias e manutenção da soberania e da segurança alimentar, colaborando com a conservação da agrobiodiversidade. De acordo com Jalil et al. (2019) os quintais se mostram como local de grande diversidade ecológica, fortalecimento do solo, agradável, onde as agricultoras plantam e colhem e é utilizado como grande laboratório de experimentação.

Ao contrário desta realidade, o Mato Grosso sofre com a expansão do agronegócio, a utilização de extensas áreas para produção de monoculturas na região da Bacia do Rio Juruena. Esta investigação foi apresentada por Corrêa et al. (2019) que abordaram sobre as dificuldades de garantia e permanência de segurança e soberania alimentar em cenário de pressão do

agronegócio. Os autores discutem o processo de contaminação dos alimentos, em sua dinâmica impositiva, como um determinante de saúde em região de intensa produção agrícola no estado de Mato Grosso, a partir dos pressupostos teóricos da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Territórios. Como método, utilizou-se dados bibliográficos, e teóricos acerca do conteúdo estudado, além de dados de instituições públicas para aprofundar informações sobre a região. O estudo resultou na ausência de informações seguras dos transgênicos e quais os possíveis impactos à saúde e ao meio ambiente, expansão desregulada das áreas de monocultivos, ausência de informações precisas sobre resíduos de agrotóxicos, mostrando que estas são evidências que promovem a expansão do agronegócio nesta região. Camacho (2012) em seu estudo já alertava a respeito da monocultura no Mato Grosso, no uso intensivo de agrotóxico e na expansão do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul. É mais uma expressão desse modelo agrário-agrícola denominado de complexo celulose-papel que demonstra a insustentabilidade social e ambiental do agronegócio.

Em contrapartida, o uso das plantas alimentícias não convencionais (PANC) é uma alternativa para aumentar a diversidade alimentar. Nesse sentido, Tuler et al.(2019) basearam-se em um estudo que buscou inventariar as espécies alimentícias não convencionais conhecidas e utilizadas por pequenos agricultores da comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais. A partir da técnica bola de neve foram realizadas abordagens nas comunidades, sendo critério de amostragem a identificação de pessoas que faziam uso de PANC e cultivavam essas espécies em seus quintais e/ ou roças ou coletavam essas espécies em áreas de remanescentes florestais, e as entrevistas se concentraram em perguntas sobre como eram preparadas e consumidas. Foram identificadas 56 espécies de PANC distribuídas em 29 famílias, a maior parte das plantas citadas como alimentícias é nativa (38,2%). 50,8% das PANCs são cultivadas em quintais e roças, demonstrando que a comunidade mantém uma coleção de espécies úteis para as suas necessidades. As PANC são consumidas principalmente refogadas (26,1%), in natura (26,1%) e em saladas (23,2%). Os alimentos são preparados de diversas formas. Os autores concluíram que a inclusão de novas espécies na alimentação certamente aumentará a segurança alimentar do brasileiro, mas que para a percepção e aceitação é preciso políticas públicas que promovam a inclusão deste tipo de alimentação na dieta da população.

A pesquisa desenvolvida por Kerr et al. (2019) no norte do Malawi, África oriental, examinaram se a agroecologia, no aspecto de modelo de produção pode ser usada de forma eficaz para abordar a soberania alimentar. Os autores utilizaram o conceito de fenda metabólica para processos sociais que necessitam de ser reparados, recorrendo à noção de

interseccionalidade feminista, ou seja, este artigo faz uma passagem sobre a questão das mulheres, mas não se trata do tema central da pesquisa. A metodologia utilizada para este estudo foi uma abordagem qualitativa, realizada em 17 anos de trabalho ao lado de agricultores no norte do Malawi, em que foram testados métodos agroecológicos de investigação participativa, nos quais os agricultores escolheram as opções de leguminosas que queriam testar, e avaliaram-nas em pequenas parcelas. Os autores realizaram também, 90 entrevistas em profundidade ao longo de 2016 e 2017. O uso de leguminosas, ou composto como meio de melhorar a fertilidade do solo garante melhoria na saúde do solo, consórcio e diversificação de culturas. A compostagem foi uma das técnicas que trouxe benefícios, pois além da garantia de composto orgânico, dá destino adequado aos resíduos. Um tema consistente levantado em entrevistas com homens e mulheres relatou que os métodos agroecológicos ajudaram a melhorar sua segurança alimentar, em parte devido ao número de safras cultivadas durante uma temporada mais longa, bem como ao aumento da produtividade do milho devido à melhoria da fertilidade do solo (Kerr et al., 2019) Além de fatores relacionado à produção, houve significativas contribuições na igualdade de gênero das famílias.

Ainda na perspectiva da agroecologia, em Chiapas no México, o conflito armado de longo prazo entre comunidade indígena e o governo mexicano, exerceu uma influência na implementação de projetos de soberania alimentar de sementes e fortalecimento da agrobiodiversidade nas comunidades. Hernandez et al. (2020) investigaram qual tem sido o impacto do conflito na agricultura de subsistência dessas comunidades e na soberania das sementes e até que ponto o movimento local pela soberania das sementes influenciou a conservação da agrobiodiversidade. Este estudo incluiu 47 populações predominantemente indígena e três com população majoritariamente mestiça, e ainda 26 comunidades autônomas zapatistas autodefinidas e 25 comunidades não zapatistas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores-chave, técnica de observação participante e não participante, e análise de documentos. Foram entrevistados também, respondentes zapatistas e não zapatistas, ativistas e membros de ONGs locais.

O estudo resultou na criação de coletivos de produção de alimentos que são fundamentais, uma vez que quase todas as comunidades neste estudo têm coletivos para a produção de pão, frango, ovos, cogumelos e hortas orgânicas. Esta produção é destinada para autoconsumo e visa contribuir com uma quantia modesta para a segurança alimentar das famílias. A agenda de soberania de sementes zapatista incluiu inventários de sementes nativas, bancos de sementes (tanto casas de sementes comunitárias como bancos de sementes vivas), diversificação de milho na Milpa e parcelas experimentais para adaptar o milho às mudanças

climáticas. A elaboração dos inventários foi seguida pela criação de dois bancos regionais de sementes, nos quais as comunidades coletaram e classificaram diversas variedades de sementes. Esses resultados indicam que, no geral, o impacto de longo prazo do conflito armado foi positivo. Além disso, esse impacto positivo transcendeu as comunidades zapatistas, atingindo também comunidades indígenas e mestiças não zapatistas. Além de garantir que as futuras gerações de zapatistas também possam viver de suas milpas (sistema de policultivos agrícola tradicional no México) e sementes nativas e, assim, possam continuar resistindo.

### **Consumo de alimentos dos agricultores familiares**

A produção científica sobre aspectos relacionados ao consumo de alimentos totalizou (10,52%) dos trabalhos levantados. Soares et al. (2018) investigaram como a produção de alimentos destinada ao autoconsumo e a produção extrativista de látex, realizados por agricultores familiares do assentamento Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, influenciaram na estratégia de reprodução social. Para esse estudo, utilizou-se a metodologia quanti-qualitativa. Foram realizadas três reuniões com 86 agricultores e após a determinação do público, foi realizada a coleta de dados através de entrevista semiestruturada. O formulário foi composto por 80 questões abertas e fechadas, e a entrevista foi realizada tanto com homens quanto com mulheres, ficando a critério da família a indicação de quem responderia o questionário. Foi realizado passeio dirigido (turnê guiada) nas unidades produtivas, com a finalidade de se observar a paisagem local bem como os sistemas de produção existentes no assentamento.

A extração de látex, apesar de ter sido uma boa estratégia de reprodução e permanência dos agricultores no campo por muito tempo, tem sofrido atualmente com as oscilações de preço de mercado. Desta maneira, a produção agrícola e diversificada voltada principalmente para o autoconsumo desses agricultores familiares, mostrou-se como forma de assegurar a manutenção desses na área rural, principalmente pelo fato de garantir ao que eles chamam de “segurança alimentar” ou disponibilidade básica de alimento.

O consumo dos alimentos produzidos gera segurança nas famílias rurais. Nessa perspectiva, a pesquisa de Abdoellah et al. (2020) apresenta, referente à comercialização em Java na Indonésia, que nem sempre tem um efeito positivo na condição do domicílio. Assim, há menos alimentos disponíveis para as famílias quando transformam seus quintais em lotes de commodities comerciais. O autoconsumo é essencial para uma soberania alimentar, além de possibilitar que as famílias economizem na compra de alimentos, e garantam a segurança do que estão se alimentando, além da permanência e importância de alimentos tradicionais. As

unidades produtivas podem comercializar o excedente, ou ter uma área destinada cultivada para venda, no entanto é importante que a produção atenda às necessidades, primeiramente das famílias.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou estudos com diversas abordagens sobre o tema de soberania e segurança alimentar, o que nos leva a compreender como esse assunto é abrangente, envolvendo aspectos relacionados aos conflitos socioambientais, à comercialização e a insegurança alimentar, além dos subtemas propostos para investigação. Além disso, revela os locais de pesquisa, demonstrando a grande ocorrência de investigações realizadas na América Latina, com ênfase no Brasil, e em alguns países do continente Africano. Ressaltamos também os interesses políticos, econômicos e históricos, nesses locais que foram colonizados, o que abre a possibilidade de investigações mais aprofundadas, já que não foi o objetivo principal deste estudo, podendo ser uma investigação para pesquisas futuras.

Pesquisas relacionadas aos sistemas de produção foram as mais presentes levantadas neste estudo, trazendo perspectivas acerca de produções mais sustentáveis e a agroecologia como escolha de garantias de autonomia e autodeterminação dos povos camponeses. O fortalecimento desses povos é um desafio a ser mantido, a hegemonia, pressão e expansão do agronegócio vai de contra as perspectivas agroecológicas, isso interfere nos modos de vida e produção da agricultura familiar e camponesa. As políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos povos dos campos são primordiais, os trabalhos levantados apontam o quanto é essencial os formuladores de políticas, garantia e investimento para agricultura mais sustentável, sobretudo pensar em estratégias a longo prazo e atravessamentos de crise sanitária vigente.

O trabalho também demonstrou um número expressivo de pesquisa relacionado às mulheres, apresentando desigualdades de gênero no campo, apesar desta realidade, destaque também a importância das mulheres na manutenção da agrobiodiversidade de sistemas alimentares e da equidade de direitos no campo. Tais temas estão intrinsecamente relacionados à participação delas, pois significativamente priorizam as práticas agroecológicas e introduzem meio de vida mais saudáveis e sustentáveis, quando se trata de soberania e segurança alimentar, o papel desempenhado pelas mulheres é extremamente relevante na agricultura familiar e deve ser valorizado e visibilizado.

Neste estudo foi possível perceber o quanto o planejamento e as ações são importantes para novas agendas ambientais para agricultura familiar, sobretudo em contexto de crise sanitária global, além de fortalecer a importância dos agricultores familiares, camponeses, povos tradicionais e modos de produção agrícola sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

- Abdoellah, O. S., Schneider, M., Nugraha, L. M., Suparman, Y., Voletta, C. T., Withaningsih, S., Parikesit, Heptiyanggit, A., & Hakim, L. (2020). Homegarden commercialization: extent, household characteristics, and effect on food security and food sovereignty in Rural Indonesia. *Sustainability Science*, 15, 797–815.
- Alonso, A. F., Borrás, S. M., Holmes, T., Giménez, E. H., & Robbins, M. J. (2015). Food sovereignty: Convergence and contradictions, conditions and challenges. *Third World Quarterly*, 36(3), 431–448.
- Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2020). Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. *Agric Hum Values*, 37, 525–526. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10043-7>.
- Amir, N. (2013). *A critique of neoliberal models of food production: food sovereignty as an alternative towards true food security* [Doctoral theses]. [https://scholar.colorado.edu/honr\\_theses/525/](https://scholar.colorado.edu/honr_theses/525/).
- Antão, J. E. R., Santos, N. D., Santos, J., & Souza, M. J. S. (2019). O assentamento Chico Mendes II: uma esperança para a soberania alimentar em Sergipe. *Terra – Habitats Urbanos e Rurais*, 1043-1054.
- Assis, T. R. P., França, A. G. M., & Coelho, A. M. (2019). Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), 577-593. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>
- Camacho, R. S. (2012). A insustentabilidade social e ambiental do agronegócio: a territorialização do complexo celulose-papel na região leste de Mato Grosso do Sul. *Expansão e Produção Rural X Sustentabilidade*, 8(7), 29-45.
- Catossa, L. A. (2020). A presença brasileira na agricultura moçambicana e os paradigmas do modelo agrário em questão: um olhar geográfico sobre o prosavana. *Geo UERJ*, 37, e53913. DOI: 10.12957/geouerj.2020.53913
- Cavalli, S. B., Soares, P., Martinelli, S. S., & Schneider, S. (2020). Family farming in times of Covid-19. *Rev. Nutr*, 33. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200180>

- Conti, M. (2016, February 4-5). *Food sovereignty agenda of transnational social movements in the UN global governance* [International colloquium]. International Institute of Social Studies (ISS) 2016, The Hague, Netherlands.
- Corrêa, M. L. M., Pignati, W. A., & Pignatti, M. G. (2019). Segurança alimentar, produção de alimentos e saúde: um olhar para os territórios agrícolas de Mato Grosso. *Aceno*, 6(11), 129146.
- Daye, R. (2020). Competing food sovereignties: GMO-free activism, democracy and state preemptive laws in Southern Oregon. *Agric Hum Values*, 37, 1013–1025 <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10034-8>
- Escobar, L. G. (2019). Diversidad biocultural, agricultura raizal y soberanía alimentaria en san Andrés y providencia (colombia). *Tabula Rasa*, 32,195-225. <https://doi.org/10.25058/20112742.n32.13>
- Food and Agriculture Organization. (2020). The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI). <http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf>
- Food and Agriculture Organization . (2018). State of Food Insecurity 2018, Food and Agriculture Organization. <https://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf> .
- Funari, J. N., & Pereira-Brito, M. C. (2018). Caminhos das águas no sertão do pajeú: contribuições e lutas das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com o semiárido brasileiro. *Revista Pegada*, 18(3).
- Gallina, L. S., Teo, C. R. P. A., Busato, M. A., Milan, C., & Szinwelski, N. K. (2017). O olhar de mulheres camponesas sobre soberania e segurança alimentar e nutricional. *Rev. Bras. de Agroecologia*, 12(1), 59-67.
- Galvão, T. F., Pansani T. S., & Harrad, D. (2015) Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses: The PRISMA tatement. *Epidemiol Serv Saúde*, 24,335-42.
- Hernandez, C. (2020). “Without food there is no resistance”: The impact of the Zapatista conflict on agrobiodiversity and seed sovereignty in Chiapas, Mexico. *Geoforum*, 128 (2022), 236-250. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.08.016> .
- Hurtado-Bermúdez, L. J., Vélez-Torres, I., & Mendez, F. (2020, Sep.). No land for food: Prevalence of food insecurity in ethnic communities enclosed by sugarcane monocrop in Colombia. *International Journal of Public Health*, 65(7), 1087-1096. <https://doi.org/10.25058/20112742.n32.13>.
- Jalil, L., Silva, L. C., & Oliveira, J. (2019). Caderneta agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. *Cadernos de ciências sociais UFRPE*, 2(15), 98-125.
- Jalil, L. M. (2009). Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

- Jiren, T. S., Dorresteyn, I., Hanspach, J., Schultner, J., Bergsten, A., & Manlosa, A. (2020). Alternative discourses around the governance of food security: A case study from Ethiopia. *Global Food Security*, 24, 100338. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2019.100338>
- Kerr, R. B., Hickey, C., Lupafya, E., & Dakishoni, L. (2019). Repairing rifts or reproducing inequalities? Agroecology, food sovereignty, and gender justice in Malawi. *The Journal of Peasant Studies*, 46(7), 1499-1518.
- Liberato, R. S., Noronha, L. M. I., & Bagnol, B. (2019). Soberania Alimentar no Soberania Alimentar no Soberania Alimentar no Machimbombo Machimbombo e na aldeia: gênero na perspectiva Sul-Sul. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), e66961. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n366961
- Martinelli, S. S., Cavalli, S. B., Fabri, R. K., Veiros, M. B., REIS, A. B. C., & Santos, L. A. (2020). Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of Covid-19. *Rev. Nutr*, 33, e20181. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202032e200181>
- McKeon, N. (2015). *Food security governance: Empowering Communities, Regulating Corporations*. Routledge, UK.
- McMichael, P. (2014). *Historicizing food sovereignty: A food regime perspective. Paper presented at the food sovereignty: A critical dialogue*. New Haven: Yale University.
- Ministério Desenvolvimento Social e Agrário. (2013). *O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf)
- Nyeléni. (2007). Declaration of the Forum for Food Sovereignty, Nyéléni 2007. <https://www.nyeleni.org/spip.php?article290>.
- O’Laughlin, B. (2007). A bigger piece of a very small pie: Intrahousehold resource allocation and Poverty reduction in Africa. *Development and Change*, 38(1), 21–44. doi:10.1111/j.1467-7660.2007.00401.x.
- Patel, R. (2010). What does food sovereignty look like? In *Food sovereignty: Reconnecting food, nature and community*, ed. Hannah Wittman, Annette Aurelie Desmarais, and Nettie Wiebe. Oakland: Food First.
- Roces, I. G., Montiel, M. S., & Cantó, A. S. (2015). Perspectiva ecofeminista de la soberanía alimentaria: la Red de Agroecología en la Comunidad Moreno Maia en la Amazonía brasileña. *Relaciones Internacionales*, 27, 75-96
- Santos, T. M., Santos Junior, P., Castrillon, S. K. I., & Carniello, M. A. (2017). Conservação da agrobiodiversidade e soberania alimentar em assentamento rural no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 8(1), 74-90. <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2017.001.0007>.
- Siliprandi, E. (2000). Ecofeminismo: contribuições e limites para as abordagens de políticas ambientais. *Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1, 61-71

- Siliprandi, E. (2005). *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Brasília-DF, Brasil.
- Soares, K. R., Ferreira, E. E. S., Seabra Junior, S., & Neves, S. M. A. S. (2019). Extrativismo e produção de Alimentos como estratégia de reprodução de agricultores familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. *RESR*, 56(4), 645-662. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560406>.
- Shilomboleni, H. (2017). *The African green revolution and the food sovereignty movement: contributions to food security and sustainability a case-study of Mozambique* [Thesis presented to University of Waterloo]. Ontario, Canada. [https://uwspace.uwaterloo.ca/bitstream/handle/10012/11323/Shilomboleni\\_Helena.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://uwspace.uwaterloo.ca/bitstream/handle/10012/11323/Shilomboleni_Helena.pdf?sequence=1&isAllowed=y).
- Shiva, V. (2011). *The Violence of Green Revolution: Third World Agriculture, Ecology and Politics*. Zed Books, London, UK.
- Tuler, A. C., Peixoto, A. L., & Silva, N. C. B. (2018). Plantas alimentícias não convencionais (PANC) na comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais, Brasil. *Rodriguésia* 70. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-7860201970077>.
- Wittman, H., Chappell, M. J., Abson, D. J. et al. (2016). A social ecological perspective on harmonizing food security and biodiversity conservation. *Reg. Environ. Change*, 17, 1291–1301. <https://doi.org/10.1007/s10113-016-1045-9>.
- X, J. A. (2019). Princípio de conservación: coexistencia entre diversidad de especies comestibles y conocimiento tradicional. *Polibotánica Instituto Politecnico Nacional*. 47, 179-199.

### **Agradecimentos**

À Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)  
À Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)  
Ao Programa de Pós graduação em Ciências Ambientais (PPCIAM)  
À FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de PE).